



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2016 (Da Sra Clarissa Garotinho)

Proíbe a utilização de selo verde em produtos, a menos que seja por meio de certificação oficial.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Esta Lei inibe a prática de “maquiagem verde” nos rótulos dos produtos e proíbe a utilização de selo verde sem a devida certificação.

Parágrafo Único: Entende-se por “maquiagem verde” a utilização de práticas publicitárias com o intuito de passar ao consumidor a impressão de que o produto está supostamente adequado a práticas ambientalmente corretas.

Art. 2º A Maquiagem Verde pode ser observada a partir das seguintes práticas:

I – Quando o rótulo dá importância a uma ou algumas qualidades “verdes” do produto e esconde outras características que podem representar uma perda ambiental maior. Neste caso, o malefício não-anunciado é maior que o benefício anunciado.

II – Quando o fabricante não apresenta dados que confirmem que o produto é correto ambientalmente e as informações não são acessíveis nem na embalagem, no local de compra e na internet.

III - Quando o consumidor não entende a informação passada sendo levado a confundir significados.

IV – Quando o fabricante utiliza símbolos ligados a natureza para transmitir a impressão errada de que o produto tem um selo confiável.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

V - Quando é dado destaque para informações que não são importantes ou úteis na busca do consumidor. Incorre na mesma prática o fabricante que exalta características obrigatórias por lei.

VI - O benefício ambiental do produto pode até ser verdadeiro, mas esconde o impacto da sua indústria como um todo.

VII – Quando a embalagem apresenta informação falsa.

Art. 3º Fica proibido aos fabricantes a utilização de selos próprios para atestar que a fabricação de determinado produto segue normas de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo único: as embalagens dos produtos só poderão trazer selos de que trata o caput quando atestado por certificadoras credenciadas.

Art.4º As características obrigatórias a todos os produtos do gênero, seja por força de lei ou por ausência de outra matéria prima não poderá ser destacada como ambientalmente correto.

Art.5º A embalagem que identificar o produto como sendo oriundo de processo de reciclagem, deverá conter no rótulo a informação sobre o tipo de reciclagem utilizado.

Parágrafo Único: a informação deverá também deixar claro se todo o produto passou por processo de reciclagem ou apenas a sua embalagem.

Art.6º Todo produto que destacar qualquer característica de benefício ambiental deverá explica-lo.

Parágrafo Único: A explicação de que trata o caput deverá conter o método utilizado para se chegar ao benefício e o seu resultado prático para o meio ambiente.

Art. 7º Preferencialmente, o nome fantasia dos produtos só deverá induzir o consumidor a práticas ecologicamente corretas quando o fabricante a comprovar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 8º Todas as informações de que trata esta Lei devem estar dispostas no rótulo dos produtos.

Parágrafo Único: Os fabricantes poderão substituir as informações de que trata o caput, incluindo-as na internet, devendo o mesmo fazer menção no rótulo dos produtos.

Art. 9º A prática da maquiagem verde sujeita as pessoas físicas e jurídicas por ela responsáveis às sanções previstas no art. 56 da Lei n o 8078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 10 Esta lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

À medida que as questões ambientais adquirem importância, cresce a consciência ecológica da sociedade quanto à preservação do meio ambiente.

Essa mudança de consciência afeta significativamente a indústria e o comércio que diante de um consumidor cada dia mais preocupado com o meio ambiente e sua sustentabilidade começa a se interessar nos produtos e serviços ditos “verdes”. Com isso é possível identificar em diversos produtos embalagens que portam algum tipo de selo verde.

Ocorre que tais selos em geral nada significam por se tratarem de selos próprios, desenvolvidos pelos fabricantes, o que vem sendo chamado de maquiagem verde.

Em levantamento realizado pela empresa Market Analysis coordenada pelo responsável pela maior série de pesquisas sobre maquiagem verde, o especialista Fabian Enchezarai concluiu que em apenas 4 anos a quantidade de produtos flagrados com informações falsas nos rótulos subiu de 408 no ano de 2010 para 2358 em 2014. Um aumento de quase 500%

Nestes produtos com maquiagem verde foram identificados mais de 3089 apelos ambientais. Apenas 15% dos produtos analisados traziam selos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

credenciados. Cerca de 8 em cada 10 produtos verdes encontrados no mercado cometem algum tipo de erro na sua divulgação.

Já o gerente de certificação de sistemas da ABNT, Guy Ladvocat afirmou que mais da metade dos produtos que se dizem ecológicos no Brasil não merecem credibilidade.

Segundo KOHLRAUSCH, A. K. **A Rotulagem Ambiental no Auxílio à Formação de Consumidores Conscientes:** “o mercado verde torna-se cada vez mais solidificado devido a crescente busca por produtos que não agridam o meio ambiente. Porém, surge em paralelo a esse crescimento, muitas atribuições ecológicas que são duvidosas e enganosas, acabando por mascarar a verdade sobre o produto e a confundir o consumidor. Verifica-se então, um considerável aumento de produtos portando em suas embalagens alegações como “Biodegradável”, “Ecologicamente Correto”, entre outras, sem aparente verificação e validação quanto aos critérios que normatizam tais atributos.”

Como pesquisa realizada pela PROTESTE, associação de defesa do consumidor, os produtos com rótulo ecológico possuem maior valor agregado.

PRODUTO ECOLÓGICO	PREÇO	PRODUTO CONVENCIONAL	PREÇO
Bom Bril ECO 	RS 2,69	Bom Bril 	RS 1,99
Corretivo BIC Evolutions 	RS 4,27	Corretivo BIC Base Água 	RS 2,68
Achocolatado Native 	RS 11,76	Achocolatado Nescau 	RS 5,21
Barrinha de cereal Gran Pure 	RS 4,91 (pacote com três unidades)	Barrinha de cereal Nutry 	RS 3,63 (pacote com três unidades)
Açúcar Cristal Orgânico Native 	RS 4,80	Açúcar Cristal União 	RS 2,02



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não é justo que empresas apresentem produtos ao mercado com maior valor agregado sem qualquer embasamento científico ou justificativa ao consumidor.

O Objetivo da proposta que ora apresento é impedir que essa maquiagem ocorra e os fabricantes que quiserem dar publicidade a produtos verdes deverão fazê-lo através das seguintes regras:

1 – Fica proibido que fabricantes criem seus próprios selos de certificação.

A certificação ambiental somente é concedida ao produto que, após testes em laboratório credenciado, atinge o mínimo de qualidade exigido por uma norma vigente em questões relativas ao seu uso. Assim, o “selo verde” oficial é o grau mais alto de conformidade. Além de atestar a conformidade, atesta também que o produto não impacta ou impacta minimamente o ambiente.

O selo verde é atribuído tanto a produtos quanto a processos, nos diversos e em vários níveis de adequação ambiental. A certificação ambiental é caracterizada pelos seguintes pontos básicos:

- É voluntária e independente, pois é aplicada por terceiros a quem se disponha a integrar o sistema;
- É aplicada, conforme critérios bem definidos, a produtos, família de produtos e processos;
- É positivo, ou seja, representa premiação, e, como tal, torna-se um instrumento de marketing da empresa;
- É um mecanismo de informação ao consumidor

2 – Os produtos que possuem mesmas características específicas por força de legislação ou por ausência de outra matéria prima não poderão divulgar esta informação como sendo de relevância ambiental. Por exemplo: Todo guardanapo de papel é feito com 100% das fibras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

naturais. Não tem por que apresentar esta característica como diferencial.

3 - A embalagem que identificar o produto como sendo oriundo de processo de reciclagem, deverá conter no rótulo a informação sobre o tipo de reciclagem utilizado. Nem todo tipo de reciclagem é ecologicamente correto. Possuem determinados processos que gastam uma enorme quantidade de água ou energia.

Com relação a reciclagem o projeto ainda determina que seja informado ao consumidor se todo o produto passou pelo processo de reciclagem ou apenas a sua embalagem.

4 - Todo produto que destacar qualquer característica de benefício ambiental deverá explica-lo. Não adianta informar ao consumidor que o produto é ecologicamente correto sem explicar o motivo. A explicação deverá conter o método utilizado para se chegar ao benefício e o seu resultado prático para o meio ambiente.

5 – O projeto ainda solicita que, preferencialmente, o nome fantasia dos produtos só deverá induzir o consumidor a práticas ecologicamente corretas quando o fabricante a comprovar. Existem novos produtos que estão chegando ao mercado por exemplo com o prefixo “ECO” dando a entender que o mesmo é ecologicamente correto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com a adoção destas práticas acreditamos que o consumidor passará a obter informações mais claras sobre as características de produtos considerados “ecologicamente corretos” e poderão fazer a sua escolha de maneira mais consciente. Por todo exposto peço o apoio para a aprovar esta proposta.

Sala de sessões, de de 2016.

Deputada CLARISSA GAROTINHO